

Lula sanciona lei que acaba com descontos automáticos no INSS

Presidente Lula da Silva sancionou lei que proíbe descontos automáticos de mensalidades associativas e contribuições sindicais em benefícios do INSS

AGORA É LEI

Bruna Lessa

AGÊNCIA GLOBO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que proíbe descontos automáticos de mensalidades associativas, contribuições sindicais e cobranças semelhantes nos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A norma foi publicada nesta quarta-feira no Diário Oficial da União. A lei foi elaborada após a identificação de fraudes envolvendo descontos não autorizados em aposentadorias e pensões e tem como foco ampliar a proteção dos beneficiários do INSS.

Pelo texto sancionado, quando for constatado um desconto indevidamente, a entidade associativa, instituição financeira ou empresa responsável deverá devolver integralmente o valor ao beneficiário em até 30 dias, contados da notificação da irregularidade ou de decisão administrativa definitiva. A legislação também prevê o esquesto de bens de investigados em crimes relacionados a descontos irregulares em be-



Lula sanciona lei que acaba com descontos automáticos no INSS
Foto: RICARDO STUCKERT / PR

nefícios previdenciários.

Apesar da sanção, o presidente vetou dispositivos aprovados pelo Congresso. Um deles previa que, caso a entidade responsável não devolvesse os valores no prazo, o resarcimento poderia ser feito com recursos do orçamento do INSS. Com o veto, a obrigatoriedade do desconto automático destinado a associações nos benefícios do INSS, mesmo com autorização prévia do beneficiário.

Outro trecho vetado determinava que o INSS realizasse cobrança ativa de beneficiários que tivessem sido prejudicados por cobranças indevidas. Esse procedimento não constava na lei em vigor.

Dispositivos que permitem a amortização automática de operações de crédito con-

siderados foram vetados. Além disso, o INSS não será obrigado a oferecer equipamentos de leitura biométrica em todas as unidades. Foi vetado o dispositivo que atribuía ao Conselho Monetário Nacional (CMN) a definição do teto de juros do consignado.

Com a entrada em vigor da lei feita proibido qualquer desconto automático destinado a associações nos benefícios do INSS, mesmo com autorização prévia do beneficiário. O crédito consignado passa a exigir autorização pessoal e específica, com uso de biometria ou assinatura eletrônica qualificada. E beneficiários lesados por descontos indevidos mantêm o direito à restituição integral de valores, cobrada

diretamente da entidade. Os vetos presidenciais ainda serão analisados pelo Congresso, que poderá mantê-los ou derrubá-los.

O que passa a valer com a nova lei:

Fica proibido qualquer desconto automático destinado a associações nos benefícios do INSS, mesmo com autorização prévia do beneficiário.

O crédito consignado passa a exigir autorização pessoal e específica, com uso de biometria ou assinatura eletrônica qualificada. E beneficiários lesados por descontos indevidos têm direito à restituição integral.

PARA ENTENDER

O QUE PASSA A VALER COM A NOVA LEI

● Fica proibido qualquer desconto automático destinado a associações nos benefícios do INSS, mesmo com autorização prévia do beneficiário.

● O crédito consignado passa a exigir autorização pessoal e específica, com uso de biometria ou assinatura eletrônica qualificada. E beneficiários lesados por descontos indevidos têm direito à restituição integral.

Lula indica Otto Lobo para ser presidente da CVM

DECISÃO

FOLHAPRESS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva encaminhou ao Senado a indicação de Otto Lobo, atual presidente interino da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), como presidente da autarquia, segundo publicação no DOU (Diário Oficial da União) desta quarta-feira (7).

“Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação

ção, do nome do senhor Otto Eduardo Fonseca de Albuquerque Lobo, para exercer o cargo de presidente da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na vaga decorrente da renúncia de João Pedro Barroso do Nascimento”, informa o despacho no DOU.

Nascimento renunciou ao cargo em julho do ano passado e Lobo, diretor mais antigo da autarquia até então, foi indicado interinamente para a presidência da CVM na época.

Como a Folha de S.Paulo mostrou, a renúncia de João Pedro Nascimento da presidência da CVM escancarou pressões políticas que cercam casos polêmicos no órgão regulador do mercado de capitais brasileiros, colocando o colegiado num curioso impasse.

Apadrinhado pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), JP, como é conhecido, deixou o cargo em julho do ano passado, a dois anos de terminar o mandato, aumentando o desfalcado na diretoria da autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda responsável pela fiscalização de cerca de R\$ 16,7 trilhões em ativos negociados no mercado, como ações, fundos de investimentos e debêntures.

O Instituto Empresa, entidade que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

dade que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne investidores,

criticou a indicação em nota,

citando preocupação com a indicação “por critérios que parecem mais alinhados à lógica política do que à avaliação técnica e de mercado”.

O Instituto Empresa, enti-

da que reúne